A Lógica dos Atributos Divinos em A Gênese e O Céu e O Inferno

Há uma conexão conceitual profunda entre o Capítulo II de *A Gênese* e o Capítulo VII de *O Céu e o Inferno.* Em ambas as obras, Allan Kardec parte de uma mesma concepção de Deus e utiliza os atributos divinos como critério racional para avaliar as doutrinas religiosas.

Em *A Gênese*, essa concepção é apresentada como um princípio de análise: qualquer ideia sobre Deus que contradiga seus atributos essenciais não pode ser logicamente aceita. Em *O Céu e o Inferno*, Kardec aplica esse mesmo critério ao exame da doutrina das penas eternas.

Deus como ponto de partida da análise

No Capítulo II de *A Gênese*, Kardec estabelece que Deus deve ser concebido como único, eterno, imutável, imaterial, onipotente, soberanamente justo e bom, além de infinito em todas as suas perfeições.

Essa definição não é apresentada apenas como uma formulação teológica. Ela funciona como um critério lógico. Se uma determinada concepção de Deus atribui à Divindade uma característica incompatível com a perfeição, essa concepção entra em contradição consigo mesma.

A questão, portanto, não é simplesmente saber se determinado dogma é tradicional ou amplamente aceito. É verificar se ele é compatível com a própria ideia de Deus que pretende sustentar.

É justamente esse método que Kardec emprega posteriormente ao analisar as penas eternas.

A infinitude de uma perfeição exclui a imperfeição contrária

O raciocínio desenvolvido por Kardec baseia-se em uma ideia simples:

Uma perfeição absoluta não pode coexistir com a sua negação.

Se Deus é infinitamente bom, não pode possuir qualquer parcela de maldade. Se é infinitamente justo, não pode praticar uma injustiça. Se é infinitamente misericordioso, não pode ser eternamente implacável diante do arrependimento sincero.

Em *A Gênese*, Kardec utiliza uma comparação para tornar esse princípio compreensível: aquilo que é absolutamente perfeito em determinada qualidade não pode conter o menor grau da qualidade contrária.

Essa lógica é fundamental porque transforma os atributos divinos em um verdadeiro critério de coerência. Não se trata de escolher arbitrariamente quais características de Deus devem prevalecer; trata-se de verificar se uma determinada doutrina pode coexistir com a ideia de uma Divindade infinitamente perfeita.

A aplicação do princípio à doutrina das penas eternas

É nesse ponto que a relação com *O Céu e o Inferno* se torna especialmente significativa.

Ao examinar a doutrina das penas eternas, Kardec não começa simplesmente afirmando que ela é injusta. Ele procura demonstrar por que ela é incompatível com os atributos atribuídos a Deus.

Se uma falta cometida durante uma existência limitada pudesse produzir uma punição absolutamente interminável, haveria uma questão de proporcionalidade. Uma ação finita produziria uma consequência infinita e irreversível.

Para Kardec, isso não corresponde à ideia de justiça soberana.

A justiça divina, por ser perfeita, não poderia estabelecer uma penalidade cuja duração não guardasse qualquer relação com a natureza da falta e que tornasse impossível qualquer recuperação do Espírito.

A pena, nessa perspectiva, precisa possuir uma finalidade. O sofrimento decorrente do erro deve conduzir o Espírito à compreensão, ao arrependimento e

à transformação. Uma punição que jamais termina e que não permite qualquer possibilidade de regeneração deixa de possuir finalidade educativa.

Justiça, bondade e misericórdia

A incompatibilidade torna-se ainda mais evidente quando se considera a bondade divina.

Um Deus infinitamente bom não poderia desejar eternamente o sofrimento de uma criatura. Tampouco seria coerente conceber uma Divindade que recusasse para sempre o arrependimento de um ser que, tendo reconhecido seu erro, desejasse modificar-se.

Isso não significa eliminar a responsabilidade pelos atos praticados. Ao contrário: a doutrina espírita preserva a responsabilidade individual e a consequência dos atos. O que ela rejeita é a ideia de uma condenação definitiva e sem possibilidade de progresso.

A diferença é fundamental.

A justiça não deixa de existir porque existe possibilidade de recuperação. O Espírito continua enfrentando as consequências de suas escolhas, mas essas consequências passam a ter uma função: fazê-lo compreender o erro e conduzi-lo ao progresso.

Nesse sistema, justiça e misericórdia não são atributos concorrentes. A misericórdia integra a própria justiça divina porque oferece ao Espírito a possibilidade de reparar e transformar-se.

A finalidade da punição

Outro ponto importante do raciocínio de Kardec é a finalidade da pena.

Uma punição puramente retributiva, cujo único objetivo fosse fazer sofrer indefinidamente, não produziria qualquer aperfeiçoamento. Se o Espírito estivesse condenado eternamente ao mal, não haveria razão para esperar dele arrependimento, reparação ou progresso.

A pena eterna, portanto, entraria em conflito não apenas com a bondade e a

justiça, mas também com a própria finalidade da existência espiritual.

Na perspectiva espírita, o sofrimento não constitui um fim em si mesmo. Ele está relacionado às consequências das escolhas e ao processo de aprendizado do Espírito. O objetivo último é o progresso.

Assim, a possibilidade de regeneração não enfraquece a justiça divina. É precisamente o que permite que justiça, bondade e finalidade educativa permaneçam coerentes entre si.

Uma mesma estrutura de raciocínio

A relação entre os dois capítulos pode ser compreendida como uma sequência lógica.

Em *A Gênese*, Kardec estabelece o critério: Deus deve ser concebido como infinitamente perfeito, e qualquer teoria que contradiga seus atributos deve ser rejeitada.

Em *O Céu e o Inferno*, esse critério é aplicado a uma questão específica: a possibilidade de penas eternas.

O raciocínio pode ser resumido da seguinte maneira:

1. Deus é infinitamente perfeito.

2. Uma perfeição infinita exclui a existência de sua qualidade contrária.

3. Portanto, uma doutrina atribuída a Deus não pode implicar injustiça, crueldade ou ausência absoluta de misericórdia.

4. A condenação eterna de um Espírito por faltas cometidas durante uma existência limitada implicaria uma punição sem possibilidade de reparação ou progresso.

5. Tal concepção é incompatível com a justiça, a bondade e a misericórdia infinitas atribuídas a Deus.

6. Logo, a ideia de penas eternas não é compatível com a concepção de Deus apresentada por Kardec.

Essa é a força do argumento: a rejeição das penas eternas não aparece como uma preferência moral isolada, mas como consequência da própria definição de Deus adotada pelo autor.

Da definição de Deus à consequência doutrinária

A importância desse paralelo está justamente no método.

Kardec não constrói uma concepção de Deus para depois abandonar seus próprios critérios quando analisa outras questões. Ao contrário, utiliza os atributos divinos como referência constante.

O Capítulo II de *A Gênese* fornece a base conceitual; o exame das penas eternas em *O Céu e o Inferno* mostra uma aplicação dessa base a um problema doutrinário concreto.

Pode-se dizer, portanto, que há entre os dois textos uma continuidade de raciocínio: primeiro se estabelece o que deve ser entendido por Deus; depois se verifica quais consequências doutrinárias são compatíveis com essa definição.

A questão das penas eternas torna-se, assim, um teste de coerência.

Se Deus é soberanamente justo e bom, sua justiça não pode ser injusta; sua bondade não pode conter crueldade; sua misericórdia não pode ser anulada por uma condenação irrevogável; e sua perfeição não pode coexistir com uma imperfeição que a contradiga.

É nesse sentido que a crítica de Kardec às penas eternas não depende apenas de uma interpretação particular sobre o castigo. Ela decorre de uma estrutura filosófica mais ampla: **a concepção de Deus deve ser coerente com seus próprios atributos, e qualquer doutrina que negue esses atributos não pode ser aceita como verdadeira.**

Assim, *A Gênese* apresenta o princípio geral, enquanto *O Céu e o Inferno* demonstra uma de suas consequências. A definição de Deus não permanece uma afirmação abstrata: ela funciona como instrumento de análise e permite avaliar racionalmente as consequências das doutrinas religiosas.

A coerência entre os dois textos está justamente aí: definir Deus pela perfeição absoluta e, a partir dessa definição, rejeitar toda concepção que introduza na Divindade uma imperfeição incompatível com essa perfeição.